


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000032-12.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Repetição de indébito**  
 Requerente: **Paulo Henrique Inácio**  
 Requerido: **Banco Bradesco S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação de repetição de indébito c/c indenização por danos morais movida por **PAULO HENRIQUE INÁCIO** em face de **BANCO BRADESCO S.A.**. Sustenta, em síntese, que foi cobrado indevidamente pelo valor R\$ 2.200,00 referente a cheque emitido por ele em 19/05/2014, compensado em 15/10/2015. Alega que, em decorrência disso, sofreu prejuízos, uma vez que teve esgotada sua renda daquele mês e contraiu dívida no banco por não possuir o valor integral na data da compensação. Pede a devolução dos valores cobrados indevidamente, em dobro, bem como ao pagamento de indenização em quantia não inferior a R\$ 5.000,00. Postula, ainda, a devolução do cheque e a condenação do requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/22.

Houve emenda à inicial com adequação dos valores pretendidos (fls. 26/27).

Citado (fls. 72), o requerido apresentou contestação (fls. 33/41), pugnando pela improcedência dos pedidos. Juntou os documentos de fls. 42/71.

Houve réplica (fls. 76/83).

Instadas à especificação de provas, as partes postularam o julgamento antecipado da lide.

É o relatório.  
 Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

A partir da análise do título em apreço - documento acostado a fls. 21 -, verifica-se sua prescrição executiva. Com efeito, a emissão se deu em 19/05/2014, possuindo o destinatário o prazo de 30 dias para sua compensação, em se tratando de mesma praça. A partir do vencimento deste prazo, prescreve, o título, em seis meses.

No entanto, uma vez compensada a dívida prescrita, não há falar-se em devolução do valor pago. Isso porque o Código Civil, em seu artigo 882, leciona que não se pode repetir o que foi pago para solver dívida prescrita ou para cumprir obrigação judicialmente inexigível. Nesse sentido: *PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AÇÃO RECONVENCIONAL. DÍVIDA PRESCRITA. PAGAMENTO. REPETIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*PRESCRIÇÃO. PREJUDICADA. TAXA CONDOMINIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLÉIA. CABIMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. A prescrição extingue apenas a pretensão do credor, persistindo a obrigação natural, a qual é inexigível juridicamente. Ou seja, a dívida continuará existir, apenas não poderá mais acionar judicialmente o devedor. Da mesma forma, quem pagar dívida prescrita não terá direito à devolução, nos termos do artigo 882 do Código Civil. (...) (TJ-DF - APC: 20140610122180, Relator: FLÁVIO ROSTIROLA, Data de Julgamento: 16/12/2015, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 29/01/2016 . Pág.: 191).*

Com relação ao pedido de indenização por dano moral, também não vislumbro razão ao requerente. Em que pese a prescrição do título - e sua compensação tardia - não há nos autos comprovação de que este fato tenha gerado prejuízo extra-patrimonial ao autor, sobretudo em se tratando de dívida manifestamente legítima, o que se extrai da narrativa inicial.

Competiria ao autor demonstrar a existência de abalo moral indenizável; no entanto, não o fez a contento.

Entendo que os acontecimentos narrados nos autos não constituem dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou o autor não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Arcará o autor com custas e com honorários advocatícios de 10% do valor da causa, observando-se a concessão da AJG.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo inclusive – e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 31 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA